

O gigante nunca dormiu

CIDADANIA Participante ativa na luta pela democratização da saúde, a cientista política **Sonia Fleury** fala sobre as recentes manifestações ocorridas no país e sobre a participação cidadã que há tempos acontece no Brasil, ainda que a passos lentos e silenciosos, a fim de aprofundar e radicalizar a democracia

De participação popular e democracia Sonia Fleury entende bem. Doutora em ciências políticas, refundou o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) quando assumiu a presidência da organização – que tem como eixo principal a luta pela democratização da saúde e da sociedade. Fleury também foi vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, onde foi formulado e impulsionado o projeto da Reforma Sanitária Brasileira – que resultou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Sua experiência, associada de militância e especialista na área, também a qualificou para exercer o papel de consultora da Assembleia Nacional Constituinte, para a elaboração do capítulo sobre a Seguridade Social da Constituição de 1988, na relatoria do então senador Almir Gabriel.

Atualmente, Sonia Fleury coordena o Programa de Estudos da Esfera Pública, da Fundação Getúlio Vargas-RJ, que procura identificar as transformações nas relações entre Estado e

sociedade. A partir dessas relações se fundam novas práticas voltadas para a governabilidade democrática, por meio da institucionalização de espaços públicos que garantam a participação cidadã, plural e deliberativa.

Cidade Nova – Há mais de 20 anos não víamos no Brasil manifestações populares como as ocorridas em junho. Como a senhora analisa esse fenômeno?

Sonia Fleury – Houve um estancamento do processo democrático. Eu falei na Unicamp, em um seminário sobre políticas sociais, que não precisava ter bola de cristal para ver que havia uma tendência ao aumento da violência. Havia insatisfação com projetos que estavam tentando inserir as pessoas através do mercado, através do consumo e não através da universalização dos direitos e da cidadania – muito mais com um Bolsa Família e muito menos com uma qualidade de escolas e serviços de saúde. Ou seja, os sistemas universais de saúde foram pensados na Constituição e eles não estavam

funcionando adequadamente. Assim como outros serviços coletivos. E essa insatisfação era crescente.

Então já era possível prever mobilizações populares?

Sim, e já era possível prever inclusive a atitude violenta da polícia. Pelo menos nos meus textos, há algum tempo eu tenho trabalhado nessa linha, mostrando que existem reformas que estavam pendentes, que eram necessárias e que sem elas a governabilidade estaria ameaçada.

E como a senhora previu a reação da polícia?

A polícia está acostumada a reprimir e não a defender a cidadania. Eu trabalho com favelas e tenho participado sempre de reuniões onde as pessoas reclamam muito que, mesmo em situações ditas de pacificação, a polícia é totalmente arbitrária. Essa é a maneira com que ela sempre tratou os pobres. Só que agora está tratando os ricos da mesma maneira; está tratando a classe média, no centro da cidade, assim. ⇨

O governo também foi pego de surpresa?

Eu acredito que foi. Porque essas pessoas [os políticos] não estão tão próximas da população. Não estavam ouvindo. Os políticos, os parlamentares, pareceram extremamente perplexos diante dessa situação como se isso fosse uma coisa imprevista. Mas eu penso que em uma sociedade que no ano passado viu imagens de pessoas sendo chicoteadas pelos seguranças da concessionária do governo dos trens para que coubessem dentro desses trens, empurrando pessoas para dentro do metrô, pessoas idosas, para ver se conseguiam fechar as portas; pessoas sendo tratadas como gado, ou pior ainda... Quem está próximo da população ouve isso e sabe que a violência institucional é cotidiana. E que as pessoas não podem viver em uma democracia só de símbolos, na qual [se diz que] o país terá uma constitucionalidade fantástica, as Copas vão trazer grandes ganhos para a população, hoje o Brasil é um país de classe média... Há toda uma produção midiática e simbólica muito distante da violência institucional, daquela que as pessoas enfrentam no transporte público, nos hospitais públicos, nas filas para conseguir vaga na creche.

Após as primeiras manifestações, outras se seguiram. Podemos dizer que a população acordou para os seus direitos?

Essas coisas não ocorreram do nada. De repente, diz-se, o "gigante acordou". Eu não acredito nisso. Eu acredito que existe um trabalho de formiguinha que está ocorrendo neste país há bastante tempo, tentando aprofundar e radicalizar a democracia. Por exemplo, nós não podemos esquecer que o legislativo recentemente aprovou a Lei da Ficha Limpa por iniciativa popular legislativa. Isso é um grande trabalho

de construção da democracia através da sociedade. Há milhares de conselhos, conferências etc. que estão aí. Podem ter pouco poder, mas discutem, interagem com a esfera pública, o governo. Os Comitês da Copa também fizeram um trabalho maravilhoso de denúncia sobre o investimento público sem controle, sem transparência, sobre a questão de corrupção em relação às obras, remoções. Esse é um trabalho que foi feito durante todo esse tempo e que vai se difundindo nas redes.

As redes não produzem os fenômenos sociais. Elas são fantásticas para que o fenômeno se difunda; elas têm esse apelo, mas há uma produção política que vinha de bastante tempo.

Que marcas essas mobilizações deixam na política nacional?

Elas estão deixando marcas muito profundas, como a ideia de que a sociedade está mais atenta com o coletivo, com os seus direitos e está exigindo ser respeitada. A grande questão por trás de todas essas mobilizações são demandas singulares, mas que têm um fio condutor entre elas. Quando se diz que não são só os R\$ 0,20, mas são os direitos... a ideia é de que existem direitos que constitucionalmente são garantidos mas estão sendo desrespeitados. A ideia do desrespeito é muito forte e de que na democracia os políticos têm que prestar contas. Foi a primeira vez que se viu autoridades políticas indo à televisão para prestar contas de como são formados os preços, de como fizeram os contratos.

Na democracia tradicional os políticos têm que prestar contas à sociedade, ela precisa estar vigilante e não essa ideia de que [o político] foi eleito e pode fazer o que quiser. Essa ideia está sendo desmontada nessas manifestações, mostrando que a sociedade está ativa. Ela quer

saber quanto dinheiro público entrou, as concessões que estão sendo feitas. As pessoas sabem inúmeras informações que não sabiam antes sobre política pública. E isso é a democracia viva, participativa.

Agora cabe reformular todo o sistema político, de forma a atender essas reivindicações de participação cidadã e de redistribuição da riqueza do país através de políticas sociais de saúde, educação, que sejam de qualidade e que garantam os direitos do transporte etc.

Atualmente, há uma crise de representatividade no Brasil?

Tem crise de representação, de governabilidade. Os representantes estavam há anos com certas medidas a serem tomadas e não votavam. Agora há um hiperativismo, para votar tudo e tentar atender, mas foram muitos anos. Essas pessoas, de certa forma, estão mostrando que só dessa forma respeitam o voto que elas tiveram. Eu espero que nas próximas eleições as pessoas tenham mais informações e mais clareza em quem estão votando, para superar essa crise de representação que está acontecendo. E acho que para isso iniciativas como a da Ficha Limpa poderiam ser incentivadas, reduzindo as restrições com uma nova regulamentação do Artigo 14 da Constituição, que permite a iniciativa popular legislativa, para que ela pudesse ser mais efetiva, porque a própria população é capaz de enviar projetos de lei de grande impacto para o sistema político brasileiro.

O sistema político atual consegue incorporar as demandas sociais e a voz que vem das ruas?

A iniciativa popular [no encaminhamento de projetos para o Legislativo] é garantida pela Constituição, então eles vão ter que incorporar. O que acontece é que ela

foi regulamentada em 1998, em um governo neoliberal, e foi regulamentada de forma bastante restritiva. Hoje, para fazer um projeto de lei por iniciativa popular tem que ter três vezes o número de assinaturas que se precisa para criar um partido político. Isso dificulta muito e quando chega lá não quer dizer que vai ter prioridade. Podem engavetar, a não ser que a população, como aconteceu com a Ficha Limpa, continue mobilizada e exigindo isso. Temos que diminuir as restrições para isso e favorecer a participação da população. Além disso, pedir um pouco mais de transparência e prestação de contas dos governantes, do Executivo, e um pouco mais de capacidade da população de legislar.

E como a senhora avalia o fato de não haver lideranças encabeçando essas manifestações?

Na medida em que não foram organizações partidárias [a encabeçar as manifestações], ela se deu de uma forma mais horizontal. É um novo momento dessa sociedade que se comunica mais através de redes sociais, que não são personalizadas. Manifestações desse tipo, que nós estamos vendo no mundo inteiro, não são conduzidas por estruturas hierárquicas, como os partidos. Elas têm essa característica mais horizontalizada e não podemos dizer que não apareçam lideranças. Há o pessoal do Movimento Passe Livre e eles têm dado show de bola, inclusive nas discussões, mostrando a quantidade de informações que têm sobre a questão do transporte público. Essas pessoas são lideranças. Elas não são os condutores, mas têm capacidade de influenciar de uma forma completamente diferente. E se vê uma nova geração de líderes, que apareceu em vários locais do país. Não é que a liderança não exista. Ela só não tem estrutura organizacional hierárquica.

Quando o Movimento Passe Livre foi dialogar com a presidente, um de seus membros afirmou que Dilma Rousseff não estava preparada para a discussão. Os políticos atuais estão preparados para lidar com as demandas da população?

Essa afirmação causou grande impacto na mídia, mas ela também não disse por que a presidente não estava preparada. Eu não sei de onde ela tirou essa afirmação. Normalmente o que caracteriza a Dilma não é a falta de preparo. Pode caracterizá-la a falta de habilidade

“ Democracia não é um arranjo institucional: é uma cultura política, uma capacidade da cidadania de fazer valer seus direitos, uma vivência coletiva. Ela é construída a partir dessa interação da cidadania com os dirigentes ”

para negociar, como tinha o Lula. No meio dessa crise pode ser que ela tenha se preparado menos do que o costume dela para uma discussão técnica sobre qualquer assunto. E talvez ela estivesse menos preparada do que o necessário, mas não é muito o perfil dela.

Com os protestos, o preço das passagens caiu. E agora, a senhora acredita que as manifestações vão parar?

Ninguém pode viver a vida inteira só manifestando. Agora essa

movimentação toma outro formato, não estão mais massivas, tão grandes. Mas demandas mais específicas têm aparecido: os médicos, as polícias, os caminhoneiros. Então elas não acabaram, mas não estão naquele ciclo que era de uma espiral crescente, com cada vez mais gente, com vários tipos de demandas, mais heterogeneidade dos participantes... A questão dos transportes, por exemplo, foi tratada de forma muito diferente, embora com a mesma questão de redução.

O governo de São Paulo, por exemplo, cancelou as licitações [...] já aqui no Rio de Janeiro foi um cala a boca, reduziu os R\$ 0,20 e no mesmo dia o Tribunal de Contas, que tinha suspeitado da lisura dos contratos, provavelmente por pressão, encerrou o processo, mas já se abriu uma CPI.

Muito provavelmente aqui no Rio, se os governantes não quiserem abrir uma discussão com a sociedade, eu acho que podem provocar uma nova crise de desconfiança, como teve agora, e novas manifestações podem surgir.

Na sua opinião, que mensagem essas mobilizações deixam para a população?

O mais importante é que democracia não é um arranjo institucional. Democracia é muito mais do que isso. É uma cultura política, é uma capacidade da cidadania de fazer valer seus direitos, uma vivência coletiva. Não é só porque está na Constituição que nós estamos em uma democracia... Mas a democracia é construída a partir da interação da cidadania com a representação, com os dirigentes do Executivo, do Judiciário e essa é a principal lição: nós não vamos ter democracia se for feito um belíssimo arranjo institucional e a população estiver alienada. ■